



Discursos de letramento na construção identitária da mulher negra nordestina em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis

Speeches on literacy in the identity construction of the northeastern black woman in *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis

Francisco Renato Lima ¹

Vanessa Raquel Soares Borges ²

Resumo: Neste estudo analisa-se o papel da mulher negra em uma sociedade escravocrata, a partir de sua representação letrada, desvelada por meio da escrita de Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, romance escrito em 1859, dentro de um universo social conservador e patriarcalista do século XIX. A escritora maranhense constrói assim, sua identidade de mulher letrada a partir de uma escrita autêntica e consistente num cenário em que disputam as vozes da escravidão e da liberdade.

Palavras chave: Gênero. Identidade Negra. Representação Letrada.

Abstract: This paper analyzes the role of the black woman in a slave society, from her literary representation, unveiled through the writing of Maria Firmina dos Reis, in *Ursula*, a novel written in 1859, within a conservative and patriarchal social universe of the XIX century. The Maranhese writer thus constructs her identity as a literate woman from an authentic and consistent writing in a scenario where they fight for the voices of slavery and freedom.

Keywords: Gender. Black Identity. Representation Literate.

Considerações iniciais

“Deixe, pois, que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeite e louçanias da arte, caminhe entre vocês.

Não a despreze, antes a ampare nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho e venha a produzir coisa melhor, [...].

(*Úrsula*, Maria Firmina dos Reis)

Ainda do prólogo do romance, a voz da autora-narradora sobressalta às páginas como um convite ou um pedido de desculpa ou acolhimento, destinado a um leitor presumido. O discurso acanhado e tímido introduz a mulher do século XIX, que embora neste caso, a autora se atreva a escrever e tornar pública sua opinião, esta ainda era mantido sob o julgo de uma ideologia social construída pelo domínio da força masculina e assujeitamento da mulher a condição de subserviência e

¹ Graduado em Pedagogia (FSA) e Letras – Português/Inglês (IESM). Especialista em Linguística Aplicada na Educação (UCAM). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Professor de Leitura e Produção de Texto do Instituto Dom Barreto (IDB). Coordenador de disciplinas do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com

² Graduada em Letras - Português (UESPI). Especialista em Linguística e Ensino (UESPI). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Professora efetiva da educação básica da SEDUC-PI. Professora de Leitura e Produção de Texto do Instituto Dom Barreto (IDB). Email: vanlock18@hotmail.com

anulamento. Se fosse viva, Maria Firmina dos Reis talvez compusesse outras prosas e dependendo da aceitação da escrita feminina na sociedade, com certeza, não apenas faria “coisa melhor” (2004, p. 16), conforme se apresenta na epígrafe, mas enfrentaria os desafios dos novos tempos, mantendo um discurso de enfrentamento as desigualdades de gênero e raça, na busca pela construção da identidade da mulher negra.

A representação negativa da imagem feminina está inscrita na história da humanidade, e quando aliado à condição de mulher está o fato de ser negra, torna a carga de exclusão e negação mais acentuada, em vista de um construto socioideológico de invisibilização e esteotipização das classes consideradas como inferiores.

Úrsula constitui-se como o primeiro romance de literatura afro-brasileira, e ainda escrito por uma mulher negra. A obra foi publicada em 1859 e trata principalmente, de questões como racismo, intolerância e divisão de classes sociais (o branco europeu superior) *versus* o negro (escravo inferior). A autora nordestina (maranhense) imprime sua identidade letrada³, por meio de uma escrita autêntica e consistente, situada em num cenário em que disputam espaços as vozes da escravidão e da liberdade, tendo em vista o movimento abolicionista que se alastra por todo o País. O enredo da obra é um preanuncio e apoio a esse movimento, que desencadeará na Abolição de 1888.

A luz deste entendimento, este estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica de literatura, de caráter qualitativo, ancorada em autores como: Bakhtin (2011), Bourdieu (2009), Foucault (1998), Hall (2011), Mott (1988), Soares (1998), Scott (1991), dentre outros, que ajudam a entender a questão da identidade feminina e da negritude, na construção do gênero sob uma perspectiva de letramento.

Identidade feminina e negritude: discutindo a questão do gênero sob a perspectiva da condição de letrada

Tendo em conta que o conceito de identidade é complexo e envolve diversas variáveis, modifica-se, adquirindo sentidos e significações de acordo com o contexto sócio-histórico, a construção da identidade da mulher negra opera-se pelas relações estabelecidas entre estes sujeitos, de maneira histórica e processual, nos contatos que estabelece, seja por meio de mecanismos de identificação como de diferenciação, negação ou exclusão, como nas produções simbólicas e culturais, como por exemplo, a escrita, um elemento que marca a identidade e o letramento do gênero em discussão.

Hall (2011, p. 12), aponta que “a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. Assim, as tensões decorrentes do contato, coexistência e enfrentamento social entre os sujeitos sociais definem as identidades cotidianas, pois “a identidade é, assim, marcada pela diferença”

³ Referindo-se aqui, tanto ao letramento da letra (SOARES, 1998), por ser versada em letras, erudita: o saber ler e escrever, que lhe conferem um papel na sociedade, bem como o letramento social e ideológico (STREET, 1984), considerando-se as práticas de letramento (s) como sendo plurais, sociais e culturalmente determinadas, das quais ela participa.

(WOODWARD, 2007, p. 9), e assim o conflito surge das práticas herdadas e historicamente construídas por cada indivíduo, o que remete a ideia de construção de identidade associada ao conceito de diversidade, conforme ainda trata Woodward (2007, p. 140):

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios.

É neste sentido, que o papel da mulher negra emerge no espaço social em condição secundária, submissa ao universo masculino e de pessoas brancas. A discriminação, tanto por motivação do gênero como pela cor escura de sua pele, constitui um ranço de desigualdade, de intolerância, racismo e mentalidade escravocrata, o que pode ser evidenciando a partir de uma análise histórica desse contexto em que revela que a história sempre foi contada por homens sobre outros homens, relegando a mulher a um papel coadjuvante com pouco destaque na participação e construção da história do lugar em que vive, tendo assim, sua identidade e importância negada.

Mesmo os estudos científicos sobre a mulher negra são escassos. No Brasil, há pouco destaque na literatura sobre o papel histórico das relações de gênero e a resistência da mulher escrava nos movimentos sociais, onde marcou sua presença pela força e manutenção da ordem familiar, embora a historiografia brasileira silencie isso. Ressalta-se o trabalho de Maria Lúcia de Barros Mott (1988), na obra “*Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*”, o qual desvela um pouco dessa história, incluindo a vida e obra de Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, que durante muito tempo teve sua história esquecida, em nome de um silêncio imposto pela ideologia das elites dominantes.

A escrita, como manifestação evidente do letramento, constitui-se como espaço privilegiado para a construção do gênero feminino, por meio do “dizer” e do “fazer”, repleto de intenções, sentidos e significados, que coloca a figura da mulher negra como um ser-em-si, um ser-para-si ou um vir-a-ser, um prospecto de assunção, pela desconstrução de si mesma e a construção de uma nova identidade, que se assume socialmente pelo discurso da igualdade de oportunidades e valorização da figura feminina.

A condição de letrada, no sentido de saber ler e escrever, ou seja, ser alfabetizada e ter o domínio do código escrito formal faz com que Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, imprima uma posição política e ideológica no meio social, na medida em que se utiliza da variedade do código linguístico, para construir um projeto do dizer, no qual fica evidente seu nível de letramento e a importância desse fenômeno na construção do gênero e da raça. O sujeito letrado assume outra postura no mundo, passa a participar de forma ativa das decisões do seu meio, exercendo relação de poder ideológico e social sobre o próximo, influenciando nas tomadas de decisões e tornando-se líder das lutas de sua classe. Deste modo, Soares (2003, p. 92) refere-se ao fenômeno do letramento como o: “exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita”, com

objetivos, como: “informar-se, interagir com outros, imergir no imaginário, no estético, ampliar conhecimentos, seduzir ou induzir, divertir-se, orientar-se, para apoio à memória, para catarse”.

Este entendimento traz a dimensão da importância do letramento na construção social do gênero feminino, em que a partir da escrita, a mulher constrói uma identidade até então privada, roubada de seu próprio alcance pelas forças de coerção social. De posse da escrita, a mulher negra, autora da obra, amplia sua leitura de mundo, passando a interpretá-lo e transformá-lo, de maneira a inserir-se como sujeito partícipe de sua sociedade e na construção de uma identidade.

A partir da condição de letrada, o gênero e raça em questão (mulher negra), sobressaem-se e adquirem um discurso próprio, a revelia de um pensamento arcaico e preconceituoso, que segrega a mulher e a mantém sob a dominação da força masculina, que a considera “como seres maléficos, cuja identidade, inteiramente negativa, é construída essencialmente de proibições, que acabam gerando igualmente ocasiões de transgressão” (BOURDIEU, 2009, p. 52).

A negação e negligência a identidade feminina baseia-se no argumento da condição inferior atribuída ao gênero, construída a partir de princípios biológicos de hierarquização das classes humanas, que historicamente constituíram o homem como um ser superior, o que justifica o tratamento de indiferença dispensado as mulheres. Essa relação é cultivada pelos elementos de poder que se entrelaçam e se disseminam em todas as relações sociais, determinando os papéis do indivíduo, conforme trata Foucault (1998, p. 295), ao apontar que “o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”, e deste modo ele será determinante na segregação entre os gêneros e as raças, priorizando o masculino e a cor branca em detrimento do feminino e da cor negra.

“Úrsula”: análise das evidências da construção da identidade nordestina, feminina e negra sob o afã dos discursos de letramento

A matéria prima de análise neste estudo desenvolve-se a partir do seguinte enredo: um encontro casual entre o jovem mancebo Tancredo e o escravo Túlio, que o encontra desmaiado após uma queda de cavalo, e o leva para casa é o fio condutor do encontro de Tancredo e Úrsula. O rapaz encontra-se abalado emocionalmente, em virtude de que depois da morte da mãe, fora traído pelo pai e a prima Adelaide, que tinha como noiva, uma vez que ao retornar para casa a encontra casada com seu pai, ocupando o lugar que fora de sua mãe. Revoltado, ele sai sem rumo montado em seu cavalo até quando cai e é assim levado para próximo de Úrsula, para quem conta tudo isso após se recuperar. Úrsula e Tancredo trocam juras de amor eterno, e é em meio a esse contexto que surge o comendador Fernando, seu tio que assassinara seu pai e pretende-se casar-se com ela, fazendo-a sua herdeira para reparar todo o mal que fez a família. A mãe de Úrsula, Luísa, em leito de morte pede à filha que não faça isso. A jovem consegue fugir com o amado e casar-se em um convento, mas a perseguição de seu tio é ferrenha; ele captura Túlio para que lhe conte o destino dos recém-casados,

mas, mesmo preso, o escravo não trai o amigo Tancredo, e ao conseguir fugir da prisão, avisa-o da emboscada que o espera. No combate, Túlio morre; Tancredo atinge o comendador, mas é capturado e morto a punhaladas pelos capangas do rival. Após esse trágico episódio, Úrsula enlouquece e morre; e de culpa e remorso, o tio acaba seus dias em um convento, assumindo a identidade de Frei Luís de Santa Úrsula, o “louco”.

O romance é narrado em terceira pessoa, sob a ótica de um narrador onisciente, que se coloca como observador, buscando através de sua presença construir um discurso antiescravista o qual luta pela liberdade. Embora os lócus espaço-tempo ficcional são sejam explícitos na materialidade do texto, o contexto histórico remete ao século XIX, no ano de 1859, em que a obra fora lançada, tendo como pano de fundo o cenário rural do Maranhão e o contexto de uma cidade provinciana, situada a partir do convento, como lugar onde se desenvolve grande parte da narrativa, que obedece a uma ordem cronológica e linear, com começo, meio e fim, embora haja os momentos em que alguns personagens tragam a tona algumas memórias por meio do flashback.

Da autora, pode-se, brevemente, registrar que Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825 e morreu em 1917, aos 92 anos em São Luís. Sua formação acadêmica se deu em nível de magistério, o que lhe permitiu lecionar até a aposentadoria, quando fundou uma escola gratuita. Além de ‘Úrsula’, escreveu outros romances, participou da construção de antologias poéticas, escreveu poesias, entre outros memoráveis feitos escritos.

Em meio a um contexto de desigualdade e injustiça social, a escrita de Maria Firmina dos Reis, aborda “o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro em nosso país.” (DUARTE, 2009, p. 277). Isso fica evidente a partir de passagens como:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão, e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, **em balde** – dissemos – se revoltava, porque se erguia nele como barreira – **o poder do forte contra o fraco!** (REIS, 2004, p. 20) (*primeiro grifo: do original; segundo grifo: dos autores*)

Nesse trecho a autora apresenta a condição de ser negro na época, em que era tida como raça inferior, fraca, e que vivia sob o julgo e domínio do homem branco, tido como forte, – “o poder do forte contra o fraco!” – desvelando assim, a noção de poder implícita nas relações humanas, tratada por Foucault (1998).

Segundo Corrêa; Viegas (2007, p. 3), a autora torna presente a figura e a condição do negro subalterna do negro na sociedade, quando, por exemplo,

[...] denuncia a violência do sistema escravista e questiona a sua legitimidade, num contexto em que os escravos eram arrancados da terra natal, transportados como animais em navios negreiros, reprimidos, sadicamente, em caso de justa revolta e separados de suas famílias, sem qualquer respeito pelos seus sentimentos. Trabalhavam sem descanso, alimentação, roupas ou moradia adequada (VIEGAS, 2007, p. 3)

A condição de subalternidade e conformismo do negro era tão grande, que mesmo em situações como a que Tancredo conhece Túlio e pergunta de forma pacífica: “- Quem és? – Por que assim mostras interessar-te por mim?” (REIS, 2004, p. 22), o escravo, não acostumado a ser tratado de tal forma, e no “acanhamento que a escravidão gerava” (p. 22), balbucia, perde perdão, como se o simples fato da existência do negro fosse um problema e um incômodo tão grave ao homem branco, e que por isso, precisasse pedir perdão. E na mesma situação continua: “suposto nenhum serviço possa prestar, [diante do acidente de cavalo sofrido por Tancredo] todavia quisera poder ser-lhe útil” (p. 22). Estranha ainda mais, quando o homem branco lhe propõe amizade, e responde surpreso: “A minha condição é a de um mísero escravo” (p. 23).

O aspecto da subserviência do negro na condição de escravo, como aquele que nasceu para servir ao outro, sendo capaz de oferecer até mesmo sua própria vida é identificado quando a voz do narrador diz que mesmo após ser alforriado por Tancredo, daria por gratidão “[...] todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a – era feliz!” (p. 30). Deste modo, o negro evidencia, mais uma vez, sua condição de assujeitamento à raça branca, construindo assim, sua identidade.

Essa questão da identidade pode ser percebida também logo no início da obra, quando a autora, em meio a um discurso de coragem, perceptível através de sua escrita (letramento) e ao mesmo tempo resistência, traz um certo receio de aceitação, pois tem consciência de sua condição de subserviente ao afirmar que:

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira de educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2004, p. 16)

Das múltiplas facetas apresentadas na obra de Firmina, extraem-se recortes que mesmo em um contexto repressor e depreciativo de sua identidade, o negro mantinha o caráter humanitário nas atitudes, como nessa passagem, em que ao presenciar cenas de injustiça e sofrimento, a autora o descreve: “E o mísero sofria, porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma, porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permanecem intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso [...]” (p. 21).

A identidade feminina é reconhecida em discursos, como: “[...] Se é ela virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela que lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ela enfim quem lhes forma o coração, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca” (p. 45), ou seja, essa identidade depende da avaliação do homem branco, o qual diz como deve se portar a mulher daquela época. Para Bourdieu (2009, p. 18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se

como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

Desde a época da escravatura em que era ‘invisível’ para sociedade, a mulher negra era tratada da maneira perversa, sendo explorada no trabalho braçal, sofrendo abusos sexuais,

[...] pois a negra é coisa, pau para toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque além de escrava é mulher. Evidentemente essa maneira de viver a chamada ‘condição feminina’ não se dá fora da condição de classe [...] e mesmo de cor. (GIACOMINI, 1988, p. 83)

A luta da mulher, principalmente negra, por igualdade de oportunidades, justiça, inclusão social, superação da discriminação racial é de extrema importância para a superação desse paradigma apresentado por Bourdieu (2009) e reafirmado por Giacomini (1988). Mesmo com o passar dos tempos, ela ainda sofre preconceitos e carrega marcas que a violentaram no passado. Em meio a tantas dificuldades de aceitação social e construção da identidade, hoje a mulher negra é vista como sujeito que luta pela igualdade, e que consegue se destacar em relação ao racismo que passa em torno dela.

A revelia dessa postura radicalista e etnocêntrica e que manteve as relações homem e mulher de forma desigual, Bourdieu apresenta por meio de uma nota de rodapé (n. 8), no livro “*O poder simbólico*”, e em “*A dominação masculina*”, esclarecimentos acerca do poder simbólico construído socialmente, apontando para possibilidades de superação desse quadro:

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da doxa, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Ora, o objetivo de todo movimento de subversão simbólica é operar um trabalho de destruição e de construção simbólicas visando a impor novas categorias de percepção e de avaliação, de modo a construir um grupo, ou, mais radicalmente, a destruir o princípio mesmo de divisão segundo o qual são produzidos não só o grupo estigmatizante, como também o grupo estigmatizado (BOURDIEU, 2009, p. 148).

Reportando-se ainda ao contexto de ‘Úrsula’, onde ficam evidentes essas questões de negação da identidade negra e discriminação do gênero feminino, percebe-se pela voz de Tancredo, um grito de socorro e um anúncio de mudança da condição do negro: “Cala-te, oh! Pelo céu, meu pobre Túlio [...] dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos” (REIS, 2004, p. 23). Esse fato que só vai oficializar-se em 1988, com a assinatura da Lei Áurea, que libertou todos os escravos do Brasil.

Isso será possível, mediante uma mudança de postura na sociedade, de modo que haja um reconhecimento entre as relações humanas, como interdependentes, baseadas nos conhecimentos que tem de si e do outro (BAKHTIN, 2011) – o princípio

da alteridade, ou seja, do respeito e da convivência cidadã entre os indivíduos, independente de sua raça, cor, sexo, condição social etc., para que assim, a condição de ser humano, 'ser gente', seja o princípio que iguale todos os sujeitos sociais, na construção de suas identidades, individuais e coletivas, e pleno exercício da cidadania.

Considerações finais

Este estudo tratou de como a mulher negra constrói sua identidade a partir da condição de letrada. Por trás desse propósito percorreu-se sobre temas como identidade, negritude e gênero, questões que estão implícitas em sua escrita e constroem o *ethos* de uma mulher de coragem e visão, mesmo em um contexto repressor e construído a partir da negação das classes consideradas como inferiores, as quais se incluíam as duas características/condições principais de Firmina: ser mulher e, além disso, negra.

As representações identitárias de mulher negra letrada são identificadas na autora, a partir de uma obra literária considerada como o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, e também, o primeiro romance da literatura afro-brasileira, levando em consideração sua condição de negra. Embora a personagem título seja branca, fica patente a temática da negritude, a denúncia social e abolicionismo, tendo como pano de fundo o amor impossível entre Úrsula e Tancredo, tratados sob uma análise da perspectiva interna e psicológica da condição e do papel do negro na sociedade.

Deste modo, a autora deixa o legado de um discurso sobre a negritude o qual intenciona mostrar a força do negro (não só a fraqueza, como está na superfície das palavras) em atitudes, que devem servir para a construção da imagem não só do negro enquanto figura representativa no enredo, mas principalmente da autora como alguém que, apesar de sua condição, é versada em letras, ajudando a (re) constituir outra ilustração sobre a mulher negra da época: a de que ela, através de sua escrita (letramento), pode trazer mudanças na óptica social.

Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CORRÊA, Dinacy Mendonça (orientadora) e VIEGAS, Priscila da Conceição (bolsista orientanda). **Projeto Teares da Literatura Maranhense: romancistas contemporâneas**. Pibic-UEMA, 2006/07 – relatório final.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. Terra roxa e outras terras – **Revista de Estudos Literários**. v. 17, p.6-18. dez. 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1998.
- GIACOMINI, S. Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Letramento e escolarização. In: Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

STREET, Brian. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu de (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.